

5.1.10. Função Segurança Pública

Desde 2003, as instituições brasileiras nas áreas policial, penitenciária e judiciária são alvo permanente de ações de fortalecimento, conduzidas de forma integrada pelas secretarias do Ministério da Justiça - MJ, a fim de reduzir os altos índices de criminalidade e garantir efetiva segurança para o cidadão. Dessa forma, e idealizada pelo MJ, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – 1ª Conseg foi um marco histórico na área da segurança pública no exercício de 2009. Pela primeira vez, todos representantes da sociedade civil organizada, profissionais do setor e do Poder Público discutiram juntos a criação de uma política de Estado e não mais de governo.

A sociedade civil participou com 40% das vagas, o Poder Público com 30% e os trabalhadores da área com 30% – proporção garantida em todas as etapas da Conferência. Até a realização da etapa nacional da Conferência, de 27 a 30 de agosto de 2009, em Brasília, os debates envolveram mais de meio milhão de pessoas de 514 municípios do país. Foram promovidas 27 etapas estaduais eletivas, 126 municipais eletivas, 140 municipais preparatórias e 1.140 conferências livres em 514 cidades, além de outras

iniciativas de participação e mobilização, como seminários temáticos, cursos de capacitação e projetos especiais envolvendo, prioritariamente, mulheres, jovens, estudantes e população encarcerada. O resultado dessa participação inédita foi a aprovação da Política Nacional de Segurança Pública contendo 10 princípios e 40 diretrizes que servirão de base para a definição de políticas públicas na área.

São propostas de soluções para temas urgentes como prevenção à violência e à criminalidade, repressão qualificada ao crime, valorização dos operadores da área e criação e fortalecimento de mecanismos de controle social sobre as políticas do setor. Uma das primeiras consequências desse processo foi a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp, que passou a ter, pela primeira vez, participação da sociedade civil e dos trabalhadores do segmento. Os 48 integrantes do novo Conasp tomaram posse em outubro. É a garantia de que a participação democrática na elaboração de políticas públicas continuará após a Conferência.

A seguir, apresenta-se um quadro com as despesas empenhadas das principais funções e subfunções executadas pelo Ministério.

VALORES EMPENHADOS POR FUNÇÃO

FUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009
Essencial à Justiça	16.468.501	209.436	367.853	50.777.509	71.430.650
Segurança Pública	1.044.863.157	11.035.270	17.956.306	2.253.077.787	2.306.355.393
Direitos da Cidadania	356.303.661	4.941.346	4.457.876	631.429.590	444.215.791
TOTAL	1.417.635.319	16.186.052	22.782.035	2.935.284.886	2.822.001.834

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES

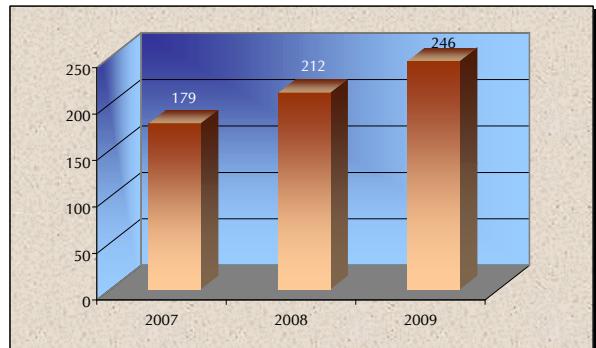
SUBFUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009
181 - Policiamento	499.142.587	591.090.876	1.107.599.899	1.024.779.358	605.175.537
183 - Informação e Inteligência	46.046.029	60.143.894	114.306.827	85.319.838	101.560.652
212 - Cooperação Internacional	4.400.244	2.104.500	2.339.532	2.431.898	293.796
422 - Direitos Individuais, Coletivas e Difusas	16.110.691	19.240.175	30.585.241	367.151.366	274.298.407
TOTAL	565.699.551	672.579.445	1.254.831.499	1.479.682.460	981.328.392

Na subfunção policiamento, destaca-se a atuação da Polícia Federal - PF ao longo de 2009, que participou de diversas vertentes para o melhor atendimento dos anseios sociais e de suas atribuições constitucionais.

Assim, seja na sua área finalística, referente à sua atuação como polícia judiciária da União, seja no campo da gestão pública, no da cooperação com outros órgãos, no do atendimento ao público, bem como no da capacitação, foram diversas as ações relevantes realizadas pela Instituição.

Em 2009 foram deflagradas cerca de 246 operações visando o combate aos mais diversos ilícitos, que resultaram em 2.301 prisões.

OPERAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL



Ainda no âmbito da subfunção Policiamento, cabe destacar a participação da Polícia Rodoviária Federal - PRF, principalmente pelo ganho em melhoria de sua capacidade operacional, por meio da presença ostensiva nas rodovias federais, possibilitada em razão do aumento de policiais e aquisição de modernas viaturas.

Desse modo, a PRF qualificou suas intervenções pontuais no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas.

Trabalhou também no sentido de melhorar seu sistema de telecomunicação e informação, monitoramento e controle, de modo a atender os pontos mais remotos do território nacional, adequando as bases operacionais, a fim de permitir melhor acesso e apoio ao usuário da via.

Ainda no campo do combate à criminalidade, a PRF empreendeu duro enfrentamento ao furto e roubo de veículos de transporte de passageiros e carga e aos crimes ambientais, bem como aos ilícitos nas regiões fronteiriças, principalmente ao tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho e ao roubo de gado.

APREENSÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRODUTO	PERÍODO		
	2007	2008	2009
Eletrônicos (un)	334.149	228.571	426.377
Informática (un)	122.904	85.585	102.669
Armas	1.534	1.469	1.476
Bebidas (lt)	169.398	100.715	150.091
Cigarros (pct)	3.370.815	1.718.310	2.499.515
Detidos	23.716	26.579	29.719

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Outra importante conquista do MJ foi a elaboração e aprovação da Lei nº 11.705/2008, conhecida como “Lei Seca”.

Os resultados já podem ser comprovados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o número de mortes provocadas por acidentes de trânsito caiu em torno de 24% após um ano de aprovação da Lei, que tornou crime o ato de dirigir sob o efeito de qualquer quantidade de álcool.

A instituição da “Lei Seca” conferiu à PRF a missão de trabalhar pela redução dos índices de acidentes e mortes nas rodovias federais – taxas que vêm caindo desde que a Lei entrou em vigor. No primeiro semestre de 2009, a PRF realizou mais de 350 mil testes com etilômetros (bafômetros). Em todo país, foram 6.640 autuações por embriaguez e 5.620 prisões em flagrante.

O objetivo no período era não ultrapassar a 1,30 óbito a cada 10 mil veículos da frota nacional. Atualmente a proporção está em 1,07 a cada 10 mil veículos, o que representa o cumprimento da meta em mais de 121%.

Também na subfunção Policiamento, destaca-se ainda a participação da Força Nacional de Segurança Pública, criada para atender às necessidades emergenciais dos estados em questões onde se impuser a interferência maior

do poder público ou for detectada a urgência de reforço na área de segurança. Mais de 8.990 policiais já passaram pelo treinamento para integrar a Força Nacional.

A idéia do curso é criar um padrão de comportamento que seja seguido por todo o efetivo.

A Força Nacional já atuou em 14 estados (AL, BA, DF, GO, ES, MA, MT, MS, PA, PR, RO, RJ, RR e SC), empregando mais de 2.500 profissionais.

Nas áreas que receberam apoio da Força Nacional, o número de homicídios caiu, em média, 43%, segundo dados das secretarias de segurança pública estaduais. Também chama atenção o índice zero de letalidade durante operações.

A Força Nacional atuou em 2009 nos estados: do Pará, apoiando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama no combate ao desmatamento ilegal; de Rondônia, apoiando os órgãos de segurança pública, em virtude da paralisação da Polícia Militar daquela Unidade da Federação; de Mato Grosso, apoiando a Polícia Federal no combate a crimes ambientais; do Paraná e Mato Grosso do Sul, apoiando o Departamento Penitenciário Nacional - Depen na segurança dos presídios federais, e auxiliando os governos dos referidos entes em questões variadas, inerentes à segurança pública.

O Batalhão Escola de Pronto Emprego - BEPE, setor especializado da Força Nacional cujo objetivo é disseminar novas experiências e tecnologias de ponta entre as forças de segurança dos estados e proporcionar a intervenção imediata em apoio às secretarias de segurança pública em casos de grave crise, em 2009, formou sua primeira turma, com 150 policiais de Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Cada grupo levou de volta um kit formado por 10 viaturas, armas letais e não-letais, munição e equipamentos de proteção. O investimento nos três kits foi de R\$ 7,5 milhões.

Já na subfunção informação e inteligência, o enfrentamento ao crime organizado no Brasil, por sua vez, teve como foco ações de definição das tipologias de atividade das facções, ou seja, a forma como o crime organizado se infiltra no país e como lavam o dinheiro em parceria com agentes públicos corruptos.

Nessa seara, pretendeu-se também combater a atuação das milícias em regiões do Rio de Janeiro e em outros estados.

Medidas como essa fazem parte das 21 ações que a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla 2010) aprovou em novembro, em Salvador, para serem executadas em 2010.

Outra importante ferramenta para o enfrentamento ao crime organizado são os laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro (LAB-LD).

Desenvolvido com metodologia genuinamente brasileira, o LAB-LD constitui um instrumento pioneiro capaz de analisar grandes volumes de informações e tornar mais ágil e eficiente o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.

Graças ao LAB-LD, por exemplo, foi possível contribuir para a identificação de integrantes da cúpula financeira da facção criminosa “Primeiro Comando da Capital - PCC” em São Paulo e com o fim de um cartel de empreiteiras no Rio de Janeiro que visavam a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

A iniciativa brasileira se transformou em um produto de exportação: países como Portugal, Espanha e China e os do Mercosul já manifestaram interesse em adotar a tecnologia. O objetivo é levar a iniciativa também a todo o país. Atualmente 12 laboratórios já tiveram sua primeira fase implantada em sete estados, dentre eles, o primeiro LAB-Regional, fruto de acordo firmado com os Ministérios Públicos de cinco estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Entre as outras subfunções atípicas executadas na área, destacam-se as seguintes: cooperação internacional; defesa da ordem jurídica; e direitos individuais, coletivos e difusos.

Na subfunção Cooperação Internacional, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE/MJ está em crescente cooperação com as autoridades estrangeiras no combate a cartéis e lavagem de dinheiro. Em fevereiro de 2009 foi realizada a primeira operação internacional simultânea de combate a cartel com a participação do Brasil, Estados Unidos e Comissão Européia.

A atuação da SDE/MJ, juntamente com a cooperação institucional do Ministério Público, da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União fez com que instituições como o Departamento de Justiça dos EUA e a Global Competition Review considerassem o programa brasileiro de combate à formação de cartéis referência para outros países.

Na subfunção Defesa da Ordem Jurídica, destacamos o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo.

Assinado em 13 de abril de 2009 pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o II Pacto inclui a criação de um Comitê Interinstitucional de Gestão, cujo objetivo é desenvolver e acompanhar as ações pactuadas e incrementar medidas que assegurem maior efetividade ao reconhecimento dos direitos, à mediação e à conciliação, entre outros.

Nos primeiros oito meses do II Pacto já foram editadas 11 novas leis, entre as quais se destacam: Lei nº 12.019/2009, que permite a convocação de magistrados para a instrução penal de processos de competência originária do STJ e STF; Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências e a Lei Complementar nº 132/2009, que organiza a

Defensoria Pública da União e promove normas gerais às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal.

Na subfunção Direitos Individuais Coletivos e Difusos, vale destacar a ação de assistência jurídica gratuita prestada pela Defensoria Pública, que visa fortalecer a infraestrutura do atendimento prestado ao preso e fomentar a adoção de diretrizes que o tornem mais eficaz.

Em 2009, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça centralizou esforços em novas propostas de parcerias, como é o caso das Defensorias Públicas de Minas Gerais, da Paraíba e de Mato Grosso.

Os investimentos do MJ no fortalecimento da assistência aos presos e familiares resultou em 67,4 mil atendimentos nos seguintes estados: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Uma das inovações ocorridas em 2009 foi a criação da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cuja missão é disponibilizar Defensores Públicos de todo o país para atuar, em caráter voluntário, nos estados em que forem requisitados, a fim de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos presos.

O MJ disponibilizou R\$ 325 mil para a instalação das duas primeiras atividades da Força, em Minas Gerais e Pernambuco. A primeira teve início em outubro, no Complexo Penitenciário de Ribeirão das Neves/MG, formado por cinco unidades penitenciárias. Um grupo de 42 Defensores Públicos, procedentes de diferentes estados da Federação, do Distrito Federal e da União atendeu 3.816 presos.

As atividades em Recife, por sua vez, tiveram início em dezembro e reuniram 27 Defensores Públicos em cinco unidades prisionais, além da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor e do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Ainda na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria de Direito Econômico – SDE do MJ instaurou 134 processos administrativos e averiguações preliminares em 2009.

No campo da Defesa Econômica, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE julgou aproximadamente 400 casos de atos de concentração. Paralelamente, o CADE passou a impor multas recordes a empresas, funcionários e sindicatos culpados pelo ilícito, conforme demonstrado a seguir.

**MULTAS APLICADAS PELO CADE/MJ POR INFRAÇÃO
À ORDEM ECONÔMICA
(ART. 84, LEI 8.844/94)**

ANO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL EM R\$
1999	14	1.332.087,20
2000	50	5.238.858,70
2001	76	8.732.721,40
2002	60	4.696.223,00
2003	31	2.913.928,24
2004	24	3.363.961,17
2005	18	2.530.573,64
2006	27	10.715.548,85
2007	50	27.693.861,48
2008	64	64.114.659,78
2009	79	46.026.106,42
TOTAL	493	177.358.529,88

Fonte: CADE/MJ

Também no escopo dessa subfunção, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos teve como objetivo a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Os recursos do Fundo provêm de condenações judiciais na área de meio ambiente (ações civis públicas) e de multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Direito Econômico - SDE.

O aumento da fiscalização e de multas aplicadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC e CADE explicam o incremento na arrecadação anual do Fundo, que se multiplicou em mais de seis vezes, passando de R\$ 11,6 milhões em 2006 para R\$ 73,6 milhões em 2009.

Na busca de reparação de danos causados aos direitos individuais coletivos e difusos, o Fundo apoiou diversos projetos. Dos 1.884 projetos que solicitaram financiamento, 23 foram selecionados: cinco na área de consumidor, nove na de meio ambiente e nove na de bens e direitos de valor artístico e histórico. Os estados contemplados foram Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

No que tange à proteção dos interesses e direitos do consumidor, e também integrado a essa subfunção, vale ressaltar que após a entrada em vigor da Portaria da Secretaria de Direito Econômico nº 2.014/2008 e do Decreto nº 6.523/2008, que regulamentaram os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC) das empresas prestadoras de serviços regulados pelo Poder Público Federal, o Governo Federal instaurou 12 processos administrativos e aplicou mais de R\$ 10,5 milhões em multas por desrespeito às normas que garantem ao consumidor falar direto com o atendente, reclamar e cancelar serviços.

Em 2009, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça agregou à base de Procons integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, os Procons de São Paulo e de 11 municípios. Atualmente, o SINDEC conta com 23 Procons estaduais, 11 Procons municipais e os Procons do Distrito Federal, o que resulta em uma abrangência em mais de 120 localidades brasileiras.

O referido sistema registrou, em 2009, atendimentos a mais de 1 milhão de consumidores. Além da ampliação da base de Procons integrados, o DPDC investiu na produção de estudos e análises com base nos dados fornecidos pelo próprio SINDEC. Também merece destaque a publicação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, que já conta com 104 mil queixas de consumidores de todo o Brasil contra mais de 10 mil fornecedores.

Também na subfunção de direitos individuais, coletivos e difusos, destacam-se as ações do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mediante realização e apoio para estudos e pesquisas, como a publicação e republicação de vários materiais gráficos; o monitoramento, avaliação e disseminação desse Plano; a discussão e análise de projetos de lei; a capacitação de atores direta ou indiretamente envolvidos, destacando-se a realização do Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em parceria com os países membros e associados do Mercosul, em São Paulo, em junho de 2009; e a Oficina sobre Serviços de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizada em Recife, nos meses de julho e agosto. Atualmente, vários estados já implementaram ações de enfrentamento com a criação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, entre os quais podem ser citados Pernambuco, São Paulo, Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Acre.

Em outubro de 2009, foi assinado o Protocolo de Intenções entre o MJ, por meio da Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, e o *International Centre for Migration Policy Development - ICMPD*, com o objetivo de implementar ações de prevenção e resposta ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, o qual terá vigência de 24 meses. Com essa iniciativa, busca-se promover uma importante parceria transnacional, reforçando as relações institucionais no enfrentamento a essa prática criminal. No que se refere ao enfrentamento do tráfico de mulheres, os governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname.

Ainda no âmbito do Plano cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas pelo Governo Federal, ao longo de 2009: i) o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ii) a capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, sendo que mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadores foram capacitados na temática de tráfico de mulheres; e iii) a realização de oficinas com os organismos locais responsáveis para a implementação dos

Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NEPT e dos Postos Avançados.

É importante destacar, ainda, uma iniciativa inédita: em novembro de 2009, o Governo criou um Centro Tri-Nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceira com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e da Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu/PR.

Para promoção da justiça e da cidadania, em 2009, o Ministério da Justiça investiu R\$ 6,5 milhões na implantação de 21 Núcleos de Justiça Comunitária em oito estados, por meio dos quais se busca um sistema alternativo de solução de conflitos, onde os próprios envolvidos utilizam o auxílio de um terceiro – o mediador, para resolução de seus problemas de forma pacífica e justa, em questões que envolvam de direito de família, conflitos de vizinhança, disputas de posse e propriedade de imóveis. Além disso, 300 agentes comunitários foram capacitados para atuar com técnicas de mediação. Em 2008, foram criados 11 núcleos em sete estados, um investimento de aproximadamente R\$ 2,7 milhões.

Ainda inserida na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, em 2007 a Comissão de Anistia firmou o compromisso público de, ao final de 2010, apreciar 55 mil requerimentos de anistia. De 2007 a 2009, foram apreciados 27.325 processos em turma e 1.362 recursos, totalizando 28.687 julgamentos. Desse modo, o número de julgamentos atinge a marca de 58.886 apreciados, sendo 8.298 somente até 8 de dezembro de 2009, número que supera a meta prevista para dezembro de 2010.

Em 2009, com as Caravanas da Anistia, a Comissão visitou o Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Desde seu lançamento, as Caravanas tiveram 32 edições em 17 diferentes estados. A iniciativa permitiu a apreciação *in loco* de mais de 650 pedidos de anistia, resgatando a dignidade dos perseguidos e contribuindo para que o Brasil conheça sua história.

Também em 2009, tiveram início as obras de reforma da sede física para o Memorial da Anistia Política no Brasil, em Belo Horizonte, no prédio do antigo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. A parceria entre o Ministério e a Universidade permitirá a inauguração do espaço – composto por prédio histórico e anexo – já no ano de 2010.

Cabe destacar, no âmbito dessa mesma subfunção, o reforço ao controle de armas e a execução da Campanha de Regularização e de Desarmamento. Nesse contexto, a

Polícia Federal realizou visitas a vários municípios em todos os estados brasileiros para atendimento à população. Chamada de Campanha de Interiorização – SINARM Itinerante, a medida aumentou a quantidade de armas regularizadas e entregues pela população e a mobilização popular para o tema, com a participação de ONGs, Prefeituras, Igrejas e veículos customizados.

Dessa forma, mais de 13.000 armas foram entregues, cerca de 12.000 foram apreendidas e mais de 360.000 armas tiveram seus registros renovados em 2009.

Destaca-se ainda a atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria – CNCP, presidido pelo MJ e composto por representantes da sociedade civil, iniciativa privada e Governo Federal. O órgão além de atuar com ações de repressão, promove campanhas educativas à população sobre os riscos à saúde humana e os impactos negativos na economia brasileira decorrentes da pirataria.

Graças às ações cada vez mais integradas entre a PRF, PF e Receita Federal, o CNCP vem registrando recordes anuais de apreensões. Em decorrência, a política brasileira de combate a este tipo de crime teve reconhecimento internacional com a reclassificação do Brasil em listas elaboradas pelo governo norte-americano. As relações são publicadas anualmente com base em informações fornecidas pelo setor privado norte-americano (indústria farmacêutica, de software, cinematográfica, editorial e fonográfica, entre outras).

Em outra frente de atuação, o CNCP, por meio do termo de cooperação firmado no final do ano de 2008 com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, teve como resultado em 2009 a apreensão de 316 toneladas de medicamentos falsificados. No ano anterior, essa quantidade foi de 45 toneladas.

Em 2009, foi apresentado o novo plano de ação do Conselho, composto de 23 projetos, dos quais cinco são prioritários: Cidade Livre de Pirataria, Feira Legal, Portal de Combate à Pirataria, Comércio contra a Pirataria e Parcerias com Provedores de Internet. Além disso, apresentou o conceito “Brasil Original: Compre essa atitude” para permitir que todos os setores afetados e interessados no combate à pirataria utilizem a marca dentro de seus próprios canais de comunicação.

No dia 1º de dezembro de 2009, o CNCP assinou termos de cooperação para implantação do Projeto Cidade Livre de Pirataria e Feira Legal nas Cidades de São Paulo e Curitiba. A proposta prevê a municipalização do combate ao crime com medidas econômicas, educativas e repressivas, em parceria com o Governo Federal.

Programas Estruturantes

Apresenta-se a seguir a execução orçamentária dos cinco programas estruturantes do MJ.

QUADRO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS

PROGRAMAS	2009				
	LEI + CRÉDITOS	DISPONÍVEL	EMPENHADO	%	LIQUIDADO
Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	155.743.863	135.976.970	132.135.416	97,2	132.135.416
Aprimoramento da Execução Penal	174.830.350	102.007.696	101.278.954	99,3	100.887.873
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP	316.875.331	234.672.162	234.331.659	99,9	234.331.659
Modernização da Polícia Federal	173.663.140	120.137.219	120.022.724	99,9	120.022.724
PRONASCI	1.294.435.149	1.240.679.252	1.237.820.419	99,8	1.237.820.419
TOTAL GERAL	2.115.547.833	1.833.473.299	1.825.589.172	99,6	1.825.198.091

Fonte: Siafi

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI possibilitou ao Governo Federal atingir o maior patamar já visto de investimentos na área de segurança e combate à violência. São mais de 90 projetos que integram União, estados, municípios e diversos setores da sociedade.

O público-alvo do programa é formado por jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, presos e os que já cumpriram pena. Atualmente o programa está presente em 112 municípios, 21 estados e no Distrito Federal.

Em conjunto com as demais secretarias do MJ, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP tem forte participação na execução das ações do PRONASCI, mediante articulação com estados e municípios de políticas de prevenção e de combate à criminalidade, com uma perspectiva amplamente democrática e republicana.

A implementação do PRONASCI é processual e de longo curso. Um dos projetos que chega à vida da comunidade é o Território de Paz.

As ações de policiamento de proximidade, monitoramento de espaços mais violentos por câmeras de vídeo, além de projetos que trazem acesso à Justiça, educação, lazer e infra-estrutura são executados simultaneamente em uma determinada localidade e mudam a ambiência do local.

É o momento em que todos os entes federados trabalham juntos para prevenir a violência e reduzir a criminalidade.

Em 2009, foram implementados os Territórios de Paz de Itapoã (região do entorno de Brasília), de São Pedro, em Vitória-ES, de Benedito Bentes, em Maceió-AL, de Bom Jesus, em Porto Alegre-RS, de Tancredo Neves, em Salvador-BA, de Guajuviras, em Canoas-RS e de Guamá e Terra Firme em Belém-PA.

Até o momento, o PRONASCI foi implementado no Distrito Federal, em 21 estados e em 109 municípios, e naquelas regiões metropolitanas que registram os índices mais elevados de homicídios são implantados os

Territórios de Paz a fim de enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência.

O Território de Paz é um conjunto de ações preventivas e integradas, que faz com que o estado passe a retomar o controle nessas regiões conflagradas, oferecendo acesso aos serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população.

O envolvimento da sociedade civil no PRONASCI desdobra-se também com a participação ativa da comunidade na implantação de políticas públicas.

O projeto "Mulheres da Paz", por exemplo, envolveu em 2009, em diversos estados, 10.106 lideranças.

Tais mulheres são capacitadas em temas como direitos humanos, Lei Maria da Penha, acesso à Justiça e mediação de conflitos e têm como missão prevenir os conflitos locais e afastar os jovens da criminalidade, incentivando a sua participação nos projetos sociais do Governo Federal. Pelo trabalho, recebem um auxílio mensal de R\$ 190.

Outra importante ação social do Programa é o Projeto para Jovens em Território Vulnerável – Protejo, que já conta com a participação de 8.934 rapazes e moças de 15 a 24 anos, moradores de rua ou expostos à violência doméstica ou urbana. Recebem pelo projeto, durante um ano, uma bolsa mensal de R\$ 100.

Em 2009, foram contemplados cerca de 15.000 jovens.

Destaca-se ainda o Projeto Bolsa Formação. Trata-se de uma experiência inédita de formação profissional para operadores do sistema de segurança. Como incentivo à capacitação, o servidor recebe uma bolsa de R\$ 400.

Em alguns estados, esse valor chega a representar um acréscimo de 40% ao salário.

O Bolsa Formação visa uma nova formação para o profissional de segurança pública brasileiro, com foco em Direitos Humanos, Policiamento Comunitário, Uso Progressivo da Força, entre outros temas.

Para participar, o servidor deve receber um salário mensal de até R\$ 1.700,00 e realizar, ao menos, um curso, no

prazo de 12 meses, por intermédio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública com Cidadania – Renaesp do MJ. Em 2009, o número de beneficiados foi superior a 160.000.

Além disso, em julho de 2009, o Programa estendeu sua abrangência à região de fronteira do Brasil, que é suscetível a crimes como roubo de gado, contrabando, pirataria, tráfico de armas e drogas.

O PRONASCI Fronteiras apóia os estados por meio de ações preventivas e repressivas e da atuação integrada entre a força policial do estado e as polícias Rodoviária Federal e Federal.

Somente entre agosto e outubro de 2009, a PRF fiscalizou 394 veículos transportadores de animais, o que resultou na apreensão de 340 cabeças de gado e na prisão de 11 pessoas.

Em comparação com o mesmo período do ano de 2008, houve recorde em outros tipos de apreensão: 911 mil CDs e DVDs piratas (aumento de 481%), 16.285 unidades de munição (aumento de 182%), 7 mil medicamentos (aumento de 32,8%), 3.600 litros de bebidas (aumento de 109%) e 63 quilos de crack (aumento de 6.169%). Foram retidos ainda 1.156 veículos (aumento de 130%).

Dessa forma, as ocorrências registradas em três meses de fiscalização intensa na fronteira do Rio Grande do Sul superaram os números de janeiro a outubro de 2008 em todo o estado.

O MJ investiu R\$ 11,5 milhões na doação de viaturas e motos à Brigada Militar e à Polícia Civil de 37 prefeituras da Região Sul. Houve ainda reforço de agentes nos postos das polícias Federal e Rodoviária Federal.

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

O Governo Federal estabeleceu uma nova visão ao reconstruir as instituições ligadas à justiça e à segurança, segundo os paradigmas da imparcialidade e da transparéncia ao implementar o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP nas 27 Unidades da Federação, cujo objetivo é a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal, tendo em vista a ineficácia das ações anteriormente realizadas de maneira isolada.

Visando profissionalizar a gestão da política de segurança pública e orientar a implementação da estratégia segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Ministério da Justiça centrou as ações do SUSP em seis eixos principais: modernização organizacional das instituições de segurança pública; criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização de estruturas físicas; implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; implantação de sistema de gestão do conhecimento; e reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Valorizando a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informação foram aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatística e Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do Sistema Único de Segurança Pública.

O monitoramento constante da situação de segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, permitiu não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

Aprimoramento da Execução Penal

No que tange a criação de vagas no sistema penitenciário em 2009, o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ, apoiou o andamento de 131 obras em todo o país, representando um acréscimo de 29.992 novas vagas no sistema prisional brasileiro.

Também foi desencadeado processo de contratação de empresa especializada na elaboração de projeto executivo que contempla unidade prisional feminina no padrão do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, com 286 vagas.

Neste escopo, foram contratadas ainda obras de construção de cinco unidades prisionais do PRONASCI, destinadas a presos na faixa etária entre 18 e 24 anos, no Ceará, Goiás, Paraná, Sergipe e Tocantins, cinco reformas em estabelecimentos penais no Acre, Distrito Federal, Goiás, Pará e Sergipe e seis construções de estabelecimentos penais na Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que irão gerar 1.087 novas vagas para o sistema prisional brasileiro.

No tocante a execução direta da política penitenciária federal, foram inauguradas duas novas unidades federais, uma em Porto Velho/RO, inaugurada em junho de 2009, e outra em Mossoró/RN, inaugurada em julho de 2009.

Cada uma das unidades gerou 208 vagas o que, agora, possibilita a custódia de 832 presos de alta periculosidade no Sistema Penitenciário Federal.

Registra-se que, atualmente, o Sistema Penitenciário Federal custodia 341 presos de alta periculosidade, entre eles líderes de facções criminosas e os principais traficantes do país, oriundos de sistemas prisionais estaduais.

Na implementação do PRONASCI, foram contemplados 60 estabelecimentos de regime fechado em diversos estados.

Ao todo foram aportados 52 esteiras de raios-X, 270 pôrticos detectores de metais de alta sensibilidade e 350 detectores de metais portáteis do tipo raquete, sendo investidos R\$ 16,9 milhões.

Quanto às ações ligadas à integração do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, destacam-se os aportes de equipamentos em diversos estados brasileiros, adquiridos em 2009, e perfazendo um total de 978 novos computadores.

Ainda em 2009, firmou-se convênios com as Secretarias de Administração Penitenciária dos estados visando o aparelhamento, reaparelhamento e informatização destas, totalizando o montante de R\$ 21,9 milhões empenhados.

Em continuidade ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, em 2009 o Ministério da Justiça apoiou a sua implementação em 18 estados, com repasses via Ministério da Saúde, totalizando R\$ 2,7 milhões.

E no âmbito do programa de Fomento das Penas e Medidas Alternativas, em 2009 foram analisadas e aprovadas 14 catorze propostas de projetos apresentados, totalizando R\$ 4,8 milhões.

Modernização da Polícia Federal

No que se refere à Modernização da Polícia Federal, destaca-se o Projeto Pró-Amazônia/Promotec, que tem por objetivo efetivar a presença do Departamento de Polícia Federal na Amazônia Legal e modernizar as unidades operacionais e técnico-científico da Polícia Federal.

Por meio do acordo de cooperação internacional entre governos da França e Alemanha e o Projeto Pró-Amazônia/Promotec, foram investidos R\$ 86,8 milhões, destinados para aquisição de unidade móvel de contramedidas em incidentes envolvendo bombas e explosivos; aquisição dos equipamentos para a implantação do Sistema Integrado de Polícia - Integrapol e de Gabinetes para a instalação desses equipamentos; contratação dos serviços de obras civis para a adequação dos sítios onde serão instalados os equipamentos do Integrapol no país; contratação de serviços e aquisição de softwares para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - Cintepol; aquisição de equipamentos para perícias em audiovisuais e eletrônicos, análises químicas e documentoscopia e, aquisição de *notebooks*, equipamentos discretos e táticos para a área de Inteligência Policial.

Os investimentos com recursos do Tesouro Nacional no Plano Anual de Reaparelhamento Policial totalizaram R\$ 40,5 milhões.

Foram adquiridos uma nova aeronave ERJ 145; equipamentos de informática (mainframe, servidores, *notebooks*) visando estruturar o datacenter da Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI/DPF e prover a Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF de *notebooks* suficientes para substituir as atuais apostilas em papel, diminuindo o custo ambiental do órgão; veículos dos tipos caracterizados, descaracterizados e de uso geral; padronização de mobiliários em âmbito nacional e

aquisição de equipamentos de vídeoconferência para atender a todas as unidades da Polícia Federal.

Foram investidos ainda R\$ 24,3 milhões em construção e reforma de diversas unidades, destacando-se a conclusão da reforma do Edifício Sede em Brasília e a continuação da reforma das Superintendências do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

Foram contratadas as construções das sedes da Superintendências de Roraima, da Escola Superior de Polícia, da Sala Cofre para o datacenter da CTI e das Delegacias de Polícia Federal em Cáceres/MT e Guaíra/PR.

Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Um tema de grande repercussão para a consolidação do Estado Democrático refere-se à adoção de uma nova postura quanto à participação dos povos indígenas na vida republicana.

A elaboração de um novo Estatuto foi realizada a partir de um amplo processo de diálogo que envolveu o Governo Federal e representantes das mais diversas etnias indígenas do país, tendo sido aprovada pela Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI em junho de 2009 e enviada ao Congresso em agosto.

No que se refere ao fomento e valorização dos processos educativos dos povos indígenas tendo por finalidade a promoção de políticas de educação direcionadas aos povos indígenas, de maneira a garantir seus direitos à cidadania, a Fundação Nacional do Índio - Funai apoiou em 2009 mais de 371 comunidades indígenas, desempenhando atividades voltadas à capacitação de professores e técnicos indígenas.

Do mesmo modo, 3.826 estudantes indígenas matriculados em cursos de graduação regular em licenciatura específica para a formação de professores indígenas na sua maioria em Universidades Públicas, foram beneficiados com recursos financeiros em 2009, cujos montantes foram descentralizados às diversas Unidades Regionais da FUNAI para o atendimento de despesas com material escolar, mensalidades, auxílio transporte, alimentação e hospedagem.

Em 2009, foram desenvolvidas diversas ações nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Mato Grosso e Rondônia, sendo analisadas 29 referências da existência de povos indígenas isolados e de recente contato, confirmadas 18, realizando-se contatos com seis comunidades.

Estes trabalhos foram executados pelas Frentes de Proteção Etnoambientais – FPEA instituídas pela Funai, que realizaram seus trabalhos em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e a Polícia Federal, desenvolvendo entre outras ações, a vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o acompanhamento da saúde de diversas comunidades indígenas.

Em 2009, foram efetuadas despesas no montante de R\$ 1,5 milhões na consecução dos objetivos da ação.

A promoção da autonomia produtiva das comunidades indígenas fundamentando suas ações por meio do planejamento participativo da execução de atividades sustentáveis é o principal objetivo dessa Ação.

Visando atingir seus objetivos, a Funai implementou no exercício de 2009, mais de 937 projetos de atividades produtivas junto às comunidades indígenas de todo o Brasil no intuito de promover a segurança alimentar e nutricional e na geração de renda, baseados na sustentabilidade econômica e ambiental, que envolveu o plantio de gêneros alimentícios, a construção de galpões para produção de aves, cercas para criação de gado e casa de farinha, entre outras, beneficiando cerca de 290 mil índios, onde foram investidos aproximadamente R\$ 2 milhões de reais.

Em 2009, foram atendidos mais de 154 mil indígenas com ações relacionadas à expedição de Registros Civis de Nascimento, concessão de auxílio natalidade, aposentarias, atendimentos médicos, assim como o deslocamento de lideranças indígenas para participação de eventos e reuniões para tratar de assuntos de interesse de suas comunidades.

A demarcação e regularização de terras indígenas constituem etapas relativas a um longo e complexo processo de regularização fundiária das terras indígenas, que consolida e materializa o direito dos indígenas a terra e é precedida de estudos técnicos de delimitação e de reconhecimento legal desse direito.

O processo de demarcação das terras indígenas em 2009 seguiu a perspectiva dos anos anteriores com avanços na regularização de algumas terras.

Para execução da primeira etapa do procedimento administrativo de demarcação, conforme Decreto nº

1.775/96, foram constituídos 47 grupos técnicos de estudos antropológicos de fundamentação, identificação e de complementação para 48 terras indígenas, sendo que desses 14 são para novos estudos.

Foram publicados resumos dos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação reconhecendo oito terras indígenas nos estados da Bahia, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.

Também foram publicadas Portarias pelo Ministério da Justiça declarando posse tradicional indígena de 11 terras, situadas nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com superfície de aproximadamente 500 mil hectares.

Mesmo com a ocorrência de conflitos sociais e impedimentos judiciais foram realizadas demarcações físicas em sete terras indígenas, nos estados do Pará, Paraná, Santa Catarina e Paraíba. Editadas, ainda, a homologação de nove terras indígenas perfazendo mais de cinco milhões de hectares nos estados de Roraima, Pará, Amazonas e Mato Grosso do Sul.

Em quatro terras indígenas foram efetivados os registros nos Cartórios de Imóveis, sendo duas destas com registro parcial e outras sete na Secretaria de Patrimônio da União, com a expedição da certidão em cerca de 1,2 milhão de hectares, beneficiando mais de 2 mil indígenas.

Quatorze terras tiveram procedimentos instaurados para indenização das benfeitorias de boa fé construídas por não índios, onde foram aplicados R\$ 4 milhões de recursos do orçamento de 2009.

Fato marcante foi a conclusão do processo de regularização fundiária da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com a completa retirada dos ocupantes não índios, em cumprimento a decisão do Supremo Tribunal Federal.